

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.255.452	2.223.660
1.01	Ativo Circulante	232.166	226.115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.076	8.671
1.01.02	Aplicações Financeiras	94	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	94	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	94	0
1.01.03	Contas a Receber	27.886	23.454
1.01.03.01	Clientes	27.886	23.454
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	27.886	23.454
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.429	8.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.429	8.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	16	1.386
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	189.665	183.918
1.01.08.03	Outros	189.665	183.918
1.01.08.03.01	Concessão do serviço publico (ativo contrato)	187.624	176.449
1.01.08.03.02	Outros créditos	2.041	7.469
1.02	Ativo Não Circulante	2.023.286	1.997.545
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.021.906	1.996.004
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	66.283	63.632
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	66.283	63.632
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.955.623	1.932.372
1.02.01.10.03	Outros Créditos	10.614	10.794
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos e Vinculados	-12	87
1.02.01.10.08	Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)	1.943.696	1.920.166
1.02.01.10.10	Tributos a Recuperar	1.325	1.325
1.02.03	Imobilizado	494	536
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	494	536
1.02.04	Intangível	886	1.005
1.02.04.01	Intangíveis	886	1.005

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.255.452	2.223.660
2.01	Passivo Circulante	119.873	138.533
2.01.02	Fornecedores	3.217	15.903
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.217	15.903
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.853	3.527
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.853	3.527
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.853	3.527
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	90.819	87.888
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.979	14.979
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.979	14.979
2.01.04.02	Debêntures	75.840	72.909
2.01.05	Outras Obrigações	22.984	31.215
2.01.05.02	Outros	22.984	31.215
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	15.719	18.483
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	2.297	2.274
2.01.05.02.05	Encargos de Dívidas	663	739
2.01.05.02.06	Outros passivos	4.305	9.719
2.02	Passivo Não Circulante	974.093	984.292
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	447.342	477.383
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.849	117.338
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	109.849	117.338
2.02.01.02	Debêntures	337.493	360.045
2.02.02	Outras Obrigações	506.822	489.273
2.02.02.02	Outros	506.822	489.273
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	197.159	193.940
2.02.02.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	295.380	281.758
2.02.02.02.05	Fornecedores	12.981	12.551
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	1.100	849
2.02.02.02.07	Benefícios pós-emprego	24	0
2.02.02.02.08	Outros passivos	178	175
2.02.04	Provisões	19.929	17.636
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.929	17.636
2.03	Patrimônio Líquido	1.161.486	1.100.835
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013
2.03.02	Reservas de Capital	103.700	82.934
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	54.805	34.055
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	48.895	48.879
2.03.04	Reservas de Lucros	350.888	350.888
2.03.04.01	Reserva Legal	31.112	31.112
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	100.404	100.404
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.856	215.856
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.516	3.516
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	39.885	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	58.483	117.265	53.583	106.354
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	24.444	24.444	2.397	5.061
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão	34.039	92.821	51.186	101.293
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.059	-31.245	-14.073	-24.207
3.02.01	Pessoal e administradores	-2.267	-4.576	-2.810	-3.508
3.02.02	Material	305	-1.123	-5.090	-5.107
3.02.03	Serviços de terceiros	-1.730	-1.965	-7.280	-13.149
3.02.04	Depreciação e amortização	-90	-180	0	0
3.02.05	Custo de construção	-17.205	-23.257	1.128	-2.402
3.02.06	Benefícios pós emprego	-51	-96	-13	-25
3.02.07	Outras	-21	-48	-8	-16
3.03	Resultado Bruto	37.424	86.020	39.510	82.147
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.497	-8.156	-4.704	-14.340
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.497	-8.103	-7.850	-14.082
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-598	-1.112	-510	-1.025
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-9	-17	-11	-23
3.04.02.03	Material	-784	-771	-226	-425
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-1.520	-2.395	-6.179	-10.684
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais	-1.455	-1.452	7	-27
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-84	-168	-83	-166
3.04.02.07	Outras	-1.047	-2.188	-848	-1.732
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	-151	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-53	3.297	-258
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.927	77.864	34.806	67.807
3.06	Resultado Financeiro	-11.266	-22.333	-12.427	-21.103
3.06.01	Receitas Financeiras	1.803	3.431	-504	3.191
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	1.627	3.086	1.317	2.861

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.06.01.02	Outras receitas financeiras	176	345	-1.821	330
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.069	-25.764	-11.923	-24.294
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-3.686	-7.515	-4.126	-8.403
3.06.02.02	Atualização de contingência	-488	-842	-263	-627
3.06.02.04	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-8.789	-17.255	-7.504	-15.197
3.06.02.05	Atualização PEE e P&D	25	0	0	0
3.06.02.07	Outras despesas financeiras	-131	-152	-30	-67
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.661	55.531	22.379	46.704
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.592	-15.646	-7.362	-15.505
3.08.01	Corrente	-1.056	-2.024	-552	-693
3.08.02	Diferido	-4.536	-13.622	-6.810	-14.812
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.069	39.885	15.017	31.199
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.069	39.885	15.017	31.199
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0096	0,0468	0,0268	0,0468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	15.069	39.885	15.168	31.199
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.069	39.885	15.168	31.199

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.299	36.501
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.310	-30.605
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do período	39.885	31.199
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.646	15.505
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	3.210	2.389
6.01.01.04	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias - líquidas	22.543	21.389
6.01.01.06	(Reversão) constituição de provisões para riscos	1.452	-152
6.01.01.08	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-92.821	-101.293
6.01.01.10	Margem e perda na eficiência do ativo de contrato da Transmissão	-589	192
6.01.01.11	Amortização e depreciação	348	166
6.01.01.12	Programa de remuneração variável- ILP	16	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	63.609	67.106
6.01.02.01	Diminuição de concessionárias permissionárias	77.530	74.246
6.01.02.03	(Aumento) de impostos a recuperar	-743	-880
6.01.02.04	Diminuição de depósitos judiciais	99	15
6.01.02.05	Diminuição de despesas antecipadas	1.370	1.086
6.01.02.06	Diminuição (aumento) de outros créditos	5.429	-832
6.01.02.07	(Diminuição) de fornecedores	-12.256	-5.477
6.01.02.08	(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	-1.282	-1.221
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.407	-169
6.01.02.10	Aumento de Encargos setoriais	274	2.833
6.01.02.11	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-1	-3
6.01.02.14	(Diminuição) de outras contas a pagar	-5.404	-2.492
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.924	14.377
6.02.04	Aplicações no imobilizado	-11	0
6.02.05	Aplicações no Intangível	3	-5
6.02.06	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	341	17.957
6.02.07	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-23.257	-3.575
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.970	-50.215
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Debêntures - Principal	-44.802	-42.225
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos, Debêntures - Juros	-7.154	-7.990
6.03.05	Pagamento de dividendos	-2.764	0
6.03.06	Recursos destinados a aumento de capital	20.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.595	663
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.671	8.899
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.076	9.562

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20.766	0	0	0	20.766
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	20.750	0	0	0	20.750
5.04.09	Programa de remuneração variável- ILP	0	16	0	0	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.885	0	39.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.885	0	39.885
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	103.700	350.888	39.885	0	1.161.486

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.199	0	31.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.199	0	31.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.865	300.650	31.199	0	1.047.727

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	133.473	121.059
7.01.02	Outras Receitas	133.473	121.059
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.640	-32.405
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.259	-28.204
7.02.04	Outros	-26.381	-4.201
7.03	Valor Adicionado Bruto	100.833	88.654
7.04	Retenções	-348	-166
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-348	-166
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.485	88.488
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.597	3.347
7.06.02	Receitas Financeiras	3.597	3.347
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	104.082	91.835
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	104.082	91.835
7.08.01	Pessoal	4.960	4.317
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.236	4.011
7.08.01.02	Benefícios	409	220
7.08.01.03	F.G.T.S.	315	86
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.910	31.789
7.08.02.01	Federais	32.856	31.789
7.08.02.02	Estaduais	53	0
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.327	24.530
7.08.03.01	Juros	25.764	24.294
7.08.03.02	Aluguéis	563	236
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	39.885	31.199
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	39.885	31.199

Comentário do Desempenho

LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 2º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 07 de agosto de 2025 – A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Linhas de Macapá”, “LMTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T25) e seis meses (6M25) de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	171,7 ^(a)	24,7	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/COFINS e consideram as receitas adicionais de R\$ 2,4 milhões com base na REA nº 11.996/22 e R\$ 7,7 milhões com base na REA nº 13.314/23, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Comentário do Desempenho

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	19,0	(1,2)	-	25,6	2,6	+ 868,2
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	(1,8)	0,1	-	(2,4)	(0,2)	+ 867,3
Receita das margens da obrigação de performance da construção	0,5	(0,0)	-	0,6	0,1	+ 1.011,3
Receita de operação e manutenção	3,2	3,1	+ 5,9	6,5	6,2	+ 4,4
Receita de remuneração do ativo de contrato	40,4	51,2	- 21,1	92,8	101,3	- 8,4
Outras receitas operacionais	5,3	7,9	+ 33,2	10,3	11,1	- 7,0
Total da receita bruta	66,6	61,0	+ 9,1	133,5	121,1	+ 10,3
Deduções da receita	(8,1)	(7,4)	+ 9,3	(16,2)	(14,7)	+ 10,3
Receita operacional líquida	58,5	53,6	+ 9,1	117,3	106,4	+ 10,3
PMSO	(7,7)	(23,0)	- 66,4	(14,3)	(35,7)	- 60,0
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(1,5)	3,3	-	(1,5)	(0,2)	+ 428,4
Custo de construção	(17,2)	1,1	-	(23,3)	(2,4)	+ 868,1
Amortização / Depreciação	(0,2)	(0,1)	+ 110,1	(0,3)	(0,2)	+ 109,8
Resultado financeiro	(11,3)	(12,4)	- 9,3	(22,3)	(21,1)	+ 5,8
Contribuição social e imposto de renda	(5,6)	(7,4)	- 24,0	(15,6)	(15,5)	+ 0,9
Lucro líquido	15,1	15,2	- 0,7	39,9	31,2	+ 27,8
EBITDA	32,1	35,0	- 8,4	78,2	68,0	+ 15,1
Margem EBITDA (%)	54,9	65,4	- 10,5 p.p.	66,7	63,9	+ 2,8 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 58,5 milhões no 2T25, um aumento de R\$ 4,9 milhões em comparação ao 2T24 em função de maior realização de capex no reforço de grande porte (R\$ 18,1 milhões). Esse efeito foi compensado pelas reversões de provisões que foram constituídas em dez/23, gerando um impacto negativo na receita de construção do 2T24.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 7,7 milhões no 2T25 redução de 66,4% na comparação com o 2T24 devido:

(i) Pelo impacto positivo com destaque na linha de serviços de terceiros em razão da internalização das atividades e estrutura de O&M (- R\$ 7,9 milhões);

(ii) Menores aquisições de sobressalentes e materiais para implementação de melhoria na infraestrutura da concessão (-R\$ 4,9 milhões).

Demais despesas operacionais: No 2T25, a rubrica teve um aumento R\$ 4,8 milhões. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelas reclassificações para a rubrica de PMSO dos gastos incorridos na implementação de melhorias na infraestrutura ocorridas no 2T24, não recorrentes no 2T25.

Comentário do Desempenho

Custo de construção: a linha de custo de construção aumentou R\$ 17,2 milhões no 2T25 em comparação com o 2T24 devido a maior realização de capex e evolução física dos projetos de reforços.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 32,1 milhões no 2T25, redução de R\$ 2,9 milhões do registrado no 2T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e custo de construção.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas, reduziram 9,3%, na comparação com o 2T24, alcançando R\$ 11,3 milhões no 2T25, em função do efeito líquido dos seguintes eventos:

- (i) Aumento das receitas financeiras em decorrência de maior volume médio de aplicações;
- (ii) Maiores amortizações de dívida entre os períodos comparados.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 15,1 milhões no 2T25 que se apresentou em linha na comparação 2T24.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
Total da receita bruta	49,3	49,3	+ 0,1	98,8	95,2	+ 3,7
Deduções da receita	(6,5)	(6,3)	+ 2,6	(13,0)	(12,3)	+ 5,5
Receita operacional líquida	42,8	43,0	- 0,3	85,8	82,9	+ 3,4
PMSO	(9,0)	(14,2)	- 36,5	(14,5)	(26,4)	- 45,0
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(1,5)	(0,3)	+ 479,3	(1,5)	(0,3)	+ 428,4
Amortização / Depreciação	(11,6)	(11,6)	+ 0,0	(23,2)	(23,2)	+ 0,0
Resultado financeiro	(11,3)	(12,4)	- 9,3	(22,3)	(21,1)	+ 5,8
Contribuição social e imposto de renda	(1,8)	(1,2)	+ 45,3	(5,0)	(3,7)	+ 35,8
Lucro líquido	7,7	3,3	+ 134,3	19,2	8,3	+ 132,7
EBITDA	32,4	28,6	+ 13,4	69,8	56,2	+ 24,1
Margem EBITDA (%)	75,6	66,5	+ 9,1 p.p.	81,3	67,8	+ 13,5 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Receita operacional líquida regulatória: No 2T25, a receita operacional líquida foi de R\$ 49,3 milhões, permanecendo em linha na comparação ao mesmo período de 2024, com destaque para os seguintes eventos:

- (i) Aumento em função do reajuste tarifário em 2024 da RAP pelo (IPCA) conforme Resolução Homologatória nº 3.348 da ANEEL;
- (ii) Resultado positivo em 2024 da RTP conforme Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL;

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- (i) Maiores descontos de Parcela de Ajuste (PA) no 2T25, em comparação ao 2T24 (-R\$ 0,8 milhão);
- (ii) Menor volume de faturamentos de Aviso de Crédito (AVC) complementar no 2T25.

Comentário do Desempenho

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 9,0 milhões, uma redução de R\$ 5,2 milhões no 2T25 em comparação com o 2T24 em consequência de:

- (i) Internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal, em (-R\$ 6,0 milhões);

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- (ii) Aquisição de material para manutenção de linhas de transmissão na LMTE (+R\$ 0,7 milhão).

Demais despesas operacionais: No 2T25, a rubrica teve um aumento R\$ 1,2 milhão. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelas alterações de prognóstico de contingências cíveis (+R\$ 1,5 milhões).

EBITDA: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 32,4 milhões no 2T25, crescimento de R\$ 3,8 milhões acima do registrado no 2T24, principalmente pelos efeitos explicados no PMSO.

Resultado Financeiro: As despesas financeiras líquidas, reduziram 9,3%, na comparação com o 2T24, alcançando R\$ 11,3 milhões no 2T25, em função do efeito líquido dos seguintes eventos:

- (i) Aumento das receitas financeiras em decorrência de maior volume médio de aplicações;
- (ii) Maiores amortizações de dívida entre os períodos comparados.

Lucro líquido: No 2T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 7,7 milhões, R\$ 4,4 milhões maior do que o lucro apresentado no 2T24.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 71,5 milhões em junho de 2025, frente aos R\$ 90,0 milhões registrados em março de 2025.

Em junho de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 467,4 milhões, contra R\$ 482,1 milhões em março de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	91,5	91,1	88,6
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	75,8	75,5	72,9
Encargos de dívidas	0,7	0,7	0,7
Não Circulante	447,4	480,9	477,4
Empréstimos e financiamentos	109,8	113,6	117,3
Debêntures	337,5	367,3	360,0
Total das dívidas	538,8	572,1	566,0
(-) Disponibilidades financeiras	71,5	90,0	72,3
Total das dívidas líquidas	467,4	482,1	493,7

Comentário do Desempenho

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

3.2 Reajuste da receita anual permitida – RAP ciclo 2025–2026

A ANEEL por meio da resolução Homologatória nº3.481 de 15 de julho de 2025, estabeleceu o reajuste de 5,32%, na receita anual permitida – RAP das destinada as concessionarias pela prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica. O reajuste será vigente no período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o** **período findo em 30 de junho de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.2 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B, linha Oriximiná-Macapá.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle

Notas Explicativas

acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.3 Principais assuntos Regulatórios

1.3.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as RAPs da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Total Ciclo 2025–2026	Total Ciclo 2024–2025
	RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC		
009/2008	152.969	91	3	7.711	2.427	824	164.025	155.740

1.3.2 Aquisição 4º transformador (TR4)

A SE Macapá 230/69 kV tem uma capacidade instalada total de 450 MVA, composta por três transformadores de 150 MVA conforme contrato de concessão 09/2008. Em decorrência ao incidente de Macapá, definiu-se a necessidade de inclusão de um quarto transformador (“TR4”) na SE Macapá pela Agência reguladora.

Com o restabelecimento de todos os transformadores da concessão, o TR4 foi indicado pelo MME ao Plano de Outorgas de transmissão de Energia (POTE) com a necessidade do reconhecimento imediato do TR4 como reserva sistêmica e de sua respectiva remuneração. Desta forma, a Companhia vem amortizando o saldo de forma segregada já que o art. 3º da REA 11.996/ 2022 previa uma RAP temporária.

Após a emissão da Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481 por parte da ANEEL em 15 de julho de 2025, a RAP do TR4 deixou de ser temporária e está mantida por 35 anos, sendo assim, um componente da RAP e que passará a fazer parte da concessão no ciclo subsequente a vigência da REH.

Em 30 de junho de 2025 o saldo registrado, líquido de amortizações é de R\$ 10.614 (R\$ 10.794 em 31 de dezembro de 2024).

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais intermediárias e o resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, publicadas na imprensa em 22 de março de 2025.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de agosto de 2025.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não estão em vigor

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Normas	Descrição
Alterações CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto
Alterações CPC 02 (R4)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas informações financeiras trimestrais.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board – IASB, mas ainda não vigentes, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos, principalmente, por caixa, depósitos bancários a vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2025 equivale a 87,0% do CDI.

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	356	8.671
Operações compromissadas	4.720	-
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	5.076	8.671

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 96,6% do CDI (96,4% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimentos exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2	-
Fundo Multimercado	9	-
Fundo de Renda Fixa	54	-
Letra Financeira (LFT)	8	-
Letra Financeira (LF)	9	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	6	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	6	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	49.583	46.813
Recursos Vinculados	16.700	16.819
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados–Não Circulante ⁽¹⁾	66.377	63.632
Circulante	94	-
Não Circulante	66.283	63.632

⁽¹⁾ Inclui R\$66.377 (R\$63.632 em 31 de dezembro de 2024) referente a garantia de debêntures.

5. Concessionárias e permissionárias

	30/06/2025	31/12/2024
Concessionárias e Permissionárias	30.775	26.350
Concessionárias e Permissionárias – partes relacionadas	166	159
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(3.055)	(3.055)
Total – circulante	27.886	23.454

⁽¹⁾ Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

6. Tributos à Recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	7.628	7.032
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL	2.402	2.275
Contribuições ao PIS e a COFINS	301	289
Outros	423	415
Total	10.754	10.011
Circulante	9.429	8.686
Não circulante	1.325	1.325

7. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	28.523	30.282
Base negativa da contribuição social	10.279	10.911
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	5.945	5.360
Contribuição social	2.140	1.929
Total – ativo não circulante	46.887	48.482
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(251.667)	(242.824)
Contribuição social	(90.600)	(87.416)
Total – passivo não circulante	(342.267)	(330.240)
Total líquido – ativo (passivo) não circulante	(295.380)	(281.758)

As diferenças temporárias são como segue:

	30/06/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	114.123	38.802	121.155	41.193
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	10.623	3.612	10.623	3.612
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório	10.038	3.413	7.744	2.633
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	3.055	1.039	3.055	1.039
Outras adições temporárias	64	21	17	5
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(1.006.668)	(342.267)	(971.294)	(330.240)
Total líquido – (passivo) não circulante	(868.765)	(295.380)	(828.700)	(281.758)

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Total
2025	34
2026	3.699
2027	5.340
2028	6.081
2029	7.058
2030 a 2032	23.957
Após 2032	718
Total	46.887

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado dos períodos, foram apuradas pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	20.661	55.531	22.530	46.704
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(7.025)	(18.881)	(7.660)	(15.879)
Ajustes:				
Incentivos fiscais – Redução 75% IRPJ e adicionais ⁽¹⁾	1.552	3.496	278	347
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	24	47	7	9

Notas Explicativas

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação ⁽³⁾	-	-	9	9
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(67)	(156)	4	9
Outros	(76)	(152)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(5.592)	(15.646)	(7.362)	(15.505)
Alíquota efetiva	27,07%	28,18%	32,68%	33,20%

⁽¹⁾ A companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 através do laudo Constitutivo nº 0069/2018 – Reconhecido pelo ADE RFB 135/2019.

⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

⁽³⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 85,04% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar	Saldo a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁵⁾
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(408)	-	-	(132)	-	-
Energisa S/A ⁽³⁾	(1.004)	(477)	-	(432)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	(7)	353	(1)	19	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	15	251	2	14	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	5	869	-	47	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	2	193	-	11	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(44)	552	(8)	31	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(163)	365	(28)	20	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(73)	107	(13)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	9	306	2	16	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	2	140	-	8	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(15)	-	(4)	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	1	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	1	-	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	1	-	-	-	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo - Es Gás	-	1	-	-	-	-
Gemini Energy S/A	-	-	-	-	-	(54.805)
30/06/2025	(1.412)	(738)	3.136	(614)	166	(54.805)
31/12/2024	-	-	-	(552)	159	(34.055)
30/06/2024	(12.729)	(929)	2.669	-	-	-

⁽¹⁾ Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

⁽²⁾ Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção.

⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento, telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato

Notas Explicativas

de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** – contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽⁴⁾ Contrato de compartilhamento – em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.

⁽⁵⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

Remuneração dos administradores:

Nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o período findo em 30 de junho de 2025 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari – Laranjal – Macapá e LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	8,19%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3 a 8%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.365.158
RAP anual	164.025

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período:

Notas Explicativas

Ativo de Contrato de Concessão	30/06/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	2.096.615	2.043.697
Receita de remuneração do ativo de contrato	92.821	175.564
Margem da obrigação de performance de construção	589	811
Receita de operação e manutenção	6.494	12.797
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(2.370)	(3.670)
Receita de construção da infraestrutura	25.627	39.672
Recebimento de RAP	(88.456)	(172.256)
Saldos Finais	2.131.320	2.096.615
Circulante	187.624	176.449
Não Circulante	1.943.696	1.920.166

10. Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024
Materiais	101	662
Serviços	16.097	27.792
Total ⁽¹⁾	16.198	28.454
Circulante	3.217	15.903
Não Circulante	12.981	12.551

⁽¹⁾ Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	30/06/2025
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	133.056	(7.490)	(4.926)	4.851	125.491
Total ao custo amortizado	133.056	(7.490)	(4.926)	4.851	125.491
Circulante	15.718				15.642
Não circulante	117.338				109.849

	31/12/2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	31/12/2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Total ao custo amortizado	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Circulante	15.761				15.718
Não circulante	132.318				117.338

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros (%a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	30/06/2025	31/12/2024						
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	125.491	133.056	PRÉ + 10,00%	out/33	Mensal a partir de abr/22	4,88%	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	125.491	133.056						

⁽¹⁾ R = Recebíveis e S = Seguro

Notas Explicativas

Condições de *covenants*

(2) O empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Em 30 de junho de 2025, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2025
2026	7.490
2027	14.979
2028	14.979
2029	14.979
Após 2029	57.422
Total	109.849

12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	30/06/2025
Mensuradas ao custo amortizado					
Pós Fixado					
TJLP	438.687	(37.312)	(2.228)	19.428	418.575
(-) Custo com captação	(5.733)	-	-	491	(5.242)
Total ao custo amortizado	432.954	(37.312)	(2.228)	19.919	413.333
Circulante	72.909				75.840
Não circulante	360.045				337.493

	31/12/2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	31/12/2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Pós Fixado					
TJLP	478.295	(70.649)	(4.757)	35.798	438.687
(-) Custo com captação	(6.716)	-	-	983	(5.733)
Total ao custo amortizado	471.579	(70.649)	(4.757)	36.781	432.954
Circulante	68.205				72.909
Não circulante	403.374				360.045

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendime n-tos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (1)	Covenants
	30/06/2025	31/12/2024								
Debêntures 1ª Emissão (2)	418.575	438.687	27/01/2012	569.568.025	TJLP + 1.00%	out/30	Semestral a partir de out/22	6,42%	SG	ICSD
(-) Custos de captação	(5.242)	(5.733)								
Total	413.333	432.954								

(1) Garantias: Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD) equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas – Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$66.377 em 30 de junho de 2025 (R\$63.632 em 31 de dezembro de 2024).

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 30 de junho de 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2025
2026	37.481
2027	74.962
2028	74.962
2029	74.962
Após 2029	75.126
Total	337.493

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2025	31/12/2024
TJLP	4,07%	6,19%

13. Impostos e contribuições sociais

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	81	440
Contribuições ao PIS e à COFINS (*)	198.619	195.454
Encargos Sociais	560	517
Imposto Sobre Serviços – ISS	135	169
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	230	345
Outros	387	542

Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Total	200.012	197.467
Circulante	2.853	3.527
Não circulante	197.159	193.940

(*) PIS e COFINS corrente e diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

14. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

14.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	30/06/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	205	2.346	5.679	2.531	6.875	17.636	21.986
Provisões e reversões líquidas	(5)	-	-	-	1.457	1.452	(4.951)
Pagamentos realizados	(1)	-	-	-	-	(1)	(308)
Atualização	11	78	354	-	399	842	909
Saldos finais	210	2.424	6.033	2.531	8.731	19.929	17.636

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Fiscal

Processos relacionados a discussão sobre compensação não homologada de IRPJ/CSLL.

Ambiental

Os processos ambientais envolvem discussões sobre licenças ambientais.

Notas Explicativas

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Regulatória

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de PVS à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa ANEEL 270/2007.

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	30/06/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	-	294.718	6.240	5.214	306.172	201.308
Novos processos	-	50	-	-	50	104.691
Mudanças de prognóstico	8	(78.682)	-	-	(78.674)	6.726
Encerramento de processos	-	(22.516)	-	(2.565)	(25.081)	(17.076)
Atualização	-	6.702	389	101	7.192	10.523
Saldos finais	8	200.272	6.629	2.750	209.659	306.172

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, além de ações consumeristas onde se discute demandas de cunho indenizatório.

Principais processos:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/06/2025	31/12/2024
1008725-07.2020.4.01.3100	Criminal	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas ao apagão Amapá. O processo foi encerrado sem ônus para a Companhia.	-	78.571
S/N	Ações Consumeristas Apagão	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).	93.433	112.288

Notas Explicativas

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/06/2025	31/12/2024
1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública Apagão	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre à interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá.	102.845	100.000

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ e CSLL.

Ambiental

As ações de natureza ambiental referem-se basicamente discussões sobre suposto descumprimento de preceitos regulatórios.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social é de R\$667.013 (R\$667.013 em 31 de dezembro de 2024) representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	99.753.209
	667.013.209

15.2 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 – Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No período findo em 30 de junho de 2025 a Companhia apurou R\$3.496 de redução de imposto de renda e adicionais.

Notas Explicativas

16. Receita operacional

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Receita de construção da infraestrutura	18.958	25.627	(1.243)	2.647
Receita de remuneração do ativo de contrato	40.365	92.821	51.186	101.293
Perda/Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(1.753)	(2.370)	115	(245)
Receita de operação e manutenção	3.233	6.494	3.052	6.218
Receita de margens da obrigação de performance de construção	493	589	(18)	53
Outras receitas	5.276	10.312	7.902	11.093
Total de receita operacional bruta	66.572	133.473	60.994	121.059
Deduções da receita operacional				
PIS corrente	(814)	(1.630)	(813)	(1.571)
PIS diferido	(285)	(573)	(193)	(426)
COFINS corrente	(3.749)	(7.506)	(3.746)	(7.238)
COFINS diferido	(1.310)	(2.637)	(890)	(1.963)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(1.787)	(3.575)	(1.629)	3.227
Taxa de fiscalização	(144)	(287)	(140)	(280)
Total da Deduções da receita	(8.089)	(16.208)	(7.411)	(14.705)
Receita operacional líquida	58.483	117.265	53.583	106.354

17. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	39.885	31.199
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$^(*)	0,0598	0,0468

(*) A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, e, portanto, seu período/exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

18. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2025	31/12/2024
Auto Frota	23/10/2025	Até 1.000/veículo	1	1
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	4	4
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	11
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	733	2.770
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	5.934	17	7
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	2	2

Notas Explicativas

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2025	31/12/2024
Transporte nacional	30/07/2025	Até 5.000/viagem	2	2
Judicial Execução Fiscal	18/11/2023	5.069	-	-
			772	2.797

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	30/06/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	5.076	5.076	8.671	8.671
Concessionárias e Permissionárias	2	27.886	27.886	23.454	23.454
		32.962	32.962	32.125	32.125
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	66.377	66.377	63.632	63.632
		66.377	66.377	63.632	63.632

	Nível	30/06/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	16.198	16.198	28.454	28.454
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	538.824	538.824	566.010	566.010
		555.022	555.022	594.464	594.464

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de junho de 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Incertezas

Administração financeira de riscos

Notas Explicativas

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos períodos são:

	30/06/2025	31/12/2024
Dívida ⁽¹⁾	538.824	566.010
Caixa equivalentes de caixa	(5.076)	(8.671)
Dívida líquida	533.748	557.339
Patrimônio líquido	1.161.486	1.100.835
Índice de endividamento – líquido	0,46	0,51

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		3.217	-	-	-	12.981	16.198
Empréstimos financeiros, encargos de dívidas e debêntures	9,42%	54.349	56.126	285.167	316.392	13.676	725.710
Total		57.566	56.126	285.167	316.392	26.657	741.908

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

Notas Explicativas

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	5.076	8.671
Concessionárias e permissionárias	5	27.886	23.454
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	66.377	63.632

Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos, financiamentos e debentures moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 11 e 12, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	66.377	Alta CDI	8.297	10.371	12.446
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(418.575)	Alta TJLP	(36.207)	(45.259)	(54.311)
Subtotal ⁽²⁾	(418.575)		(36.207)	(45.259)	(54.311)
Total -perdas	(352.198)	-	(27.910)	(34.888)	(41.865)

Notas Explicativas

- (1) Considera o CDI de 30 de junho de 2026 (12,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 junho de 2025 e TJLP 8,65% ao ano.
- (2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$125.491.

20. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

Em 30 de junho de 2025, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$113, registrada na rubrica de benefícios pós emprego na demonstração de resultado do período.

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	30/06/2025	31/12/2024
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	92.821	175.564
Receita de margens da obrigação de performance da construção	589	811
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(2.370)	(3.670)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	1.581	8.020
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	1.581	8.020

22. Eventos subsequentes

22.1 Reajuste da receita anual permitida - RAP ciclo 2025-2026

A ANEEL por meio da resolução Homologatória nº3.481 de 15 de julho de 2025, estabeleceu o reajuste de 5,32%, na receita anual permitida - RAP das destinada as concessionárias pela prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica. O reajuste será vigente no período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14.2 às informações financeiras intermediárias na qual a Companhia divulga que responde à processos na esfera civil, de cunho indenizatório, decorrente de prejuízos causados pelo incêndio na Subestação de Macapá em 3 de novembro de 2020, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 7 de agosto de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 8 de maio de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG